

## **Plano Individual de Transição para Vida Adulta para Pessoas com Deficiência Intelectual**

Autor (1): Ana Cristina de Carvalho

Orientadora (2): Prof.<sup>a</sup> Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes

(1) *Universidade Federal Fluminense/CMPDI – anacarvalhofaetec@gmail.com*

(2) *Universidade Federal Fluminense/CMPDI/UERJ – professoraediclea@gmail.com*

### **Resumo:**

Acompanhando o processo de inclusão laboral de pessoas com deficiência intelectual (DI), identificamos que ainda existem muitas dificuldades a serem enfrentadas, como sua inserção no mundo do trabalho, devido a uma série de preconceitos e desconhecimento quanto às suas potencialidades. Tencionando estudar esta questão, através da perspectiva teórica baseada no conceito de deficiência intelectual da AAIDD e no modelo de funcionalidade, objetivamos apresentar um modelo de aplicação do Plano Individual de Transição (PIT) colaborando para tornar este processo mais eficaz, discutindo a transição para vida adulta de pessoas com DI. A metodologia aplicada utilizou-se de aspectos das pesquisas qualitativa e quantitativa, sendo que a validação do produto desenvolvido, priorizou pressupostos da pesquisa qualitativa. Observou-se que o PIT é um instrumento que favorece o despertar vocacional, bem como uma ferramenta que introduz rotinas laborais, contribuindo para: a aquisição de conhecimentos e cumprimento de regras, deveres sociais e laborais. Foi constatado que ainda faltam informações, tanto na formação como nas ações voltadas para esse campo de atuação, sendo preciso ainda transformar leis, pareceres, decretos, ideias e desejos em realidade, ou pelo menos buscar informações que possam ser transformadas em formações que resultem em ações para transpor barreiras e facilitar o processo de transição. Um programa eficaz de inclusão laboral para pessoas com deficiência intelectual deve iniciar na escola, baseando-se num processo que inclua currículos diferenciados, capacidades individuais e potencialidades dos sujeitos envolvidos e ser acompanhado por um plano individualizado de transição.

Palavras-Chave: Deficiência Intelectual; Transição pós-escolar; Inclusão laboral.

### **Introdução**

Ao atuar com alunos com deficiência intelectual, em uma rede de ensino voltada para a Educação Profissional, em uma Escola Especial, identifiquei, um grande desconhecimento quanto ao potencial destas pessoas para o mundo do trabalho, que não se refere somente à sociedade leiga, se constitui, também, uma aporia na formação de alguns educadores e profissionais especializados.

Como consequência, observei uma série de pré-conceitos e desconhecimento quanto às potencialidades de jovens e adultos com deficiência intelectual, motivo pelo qual essa pesquisa se dispôs a pensar, estruturar e colocar em prática um modelo para a aplicação de um plano individualizado de transição, com propostas que auxiliem a comunidade escolar a desenvolver ações focadas em competências técnicas para pessoas com deficiência intelectual.

Nosso objeto de estudo focou no processo de transição para a vida adulta da pessoa com deficiência intelectual, partindo da hipótese de que o Plano Individual de Transição - PIT poderia ser um instrumento facilitador na superação das dificuldades vividas no processo de transição escola-mundo do trabalho de pessoas com deficiência, em especial com deficiência intelectual.

O processo de transição para a vida adulta, assim como o ingresso da pessoa com deficiência - PcD - no mundo/mercado de trabalho não se mostra assim tão simples. Quando pensamos historicamente, o culto à perfeição física e mental, o ideal de saúde e beleza vem passando de geração em geração e se agrava no tempo contemporâneo quando o corpo passa por uma estetização padronizada para atender aos apelos de consumo do mercado.

Faz-se importante um plano para analisar e delinear como estes alunos serão preparados para enfrentar a realidade do mundo do trabalho e na vida em sociedade e como podem ser desenvolvidas competências técnicas básicas como as capacidades organizativas e, citando Soriano (2006),

Um Plano Individual de Transição é um instrumento, uma ferramenta, sob a forma de documento, no qual é registrado o passado, o presente e o futuro desejado dos jovens. Ele deve incluir informação sobre o universo da vida do jovem: condições familiares, história médica, tempos livres, valores e background cultural, e ainda informação sobre a sua educação e formação (p.23).

Sabedores somos que o processo de inclusão não está somente relacionado ao processo de escolaridade, mas deve sim, perpassar todos os setores e ambientes em que a pessoa com deficiência intelectual viva e conviva, independentemente de seu nível de escolaridade e faixa de idade.

Ao discorrermos sobre a história percebemos o quanto fomos ensinados a entender o tempo de forma linear, a ter uma visão contínua da história, onde tudo está determinado, tudo será sempre desta forma, não mudará a não ser dentro de um processo contínuo, gradativo. Mas ao falamos da história da educação, em específico da educação especial, precisamos buscar os fatos e entender, cada estágio dentro do seu contexto histórico e de organização sócio-política e econômica da sociedade. Existem processos institucionais de decisões, que tomamos como verdades, mas são processos dinâmicos, que se modificam com tempo. Vários fatores de ordem social, política, econômica, judicial e humanitária influenciaram a ocorrência de mudanças históricas, oriundas de movimentos sociais e políticos, de âmbitos (macro) mundial e (micro) locais.

Ao longo da história, foram muitas e diversificadas as concepções sobre a pessoa com deficiência. Elas caracterizam por serem um reflexo dos valores estabelecidos pelos sistemas

sociais vigentes em cada época. Faz-se importante salientar que todo esse processo histórico não é unidimensional, os movimentos não necessariamente se caracterizam uma ruptura total de movimentos anteriores, mas que em alguns momentos coexistiram e talvez ainda coexistam.

Fernandes & Orrico (2012), ao descreverem registros históricos pontuam que sociedade não lida com a diferença de forma única, mas com variações que vão do acolhimento à exclusão, não sendo possível reduzir todo o discurso histórico em uma única conduta, e que o fato de hoje termos avanços científicos consideráveis não significa que sejamos menos excludentes.

Muitos avanços foram registrados criando possibilidades de participação e protagonismo pelas pessoas com deficiência, incluindo nas políticas públicas que lhes dizem respeito. Mas ainda há um longo caminho a ser trilhado para que se construa uma sociedade inclusiva.

A Inclusão pressupõe, assim, uma participação plena das pessoas com deficiência, numa estrutura em que os valores e práticas sejam apresentados oportunizando a participação de todos, com suas características, interesses, objetivos e direitos, combatendo atitudes discriminatórias, propiciando comunidades abertas e solidárias, construindo assim uma sociedade inclusiva.

Inclusão, analisando historicamente, caracteriza-se em propiciar mudanças para a manifestação do humano. Não se trata simplesmente em readequar um espaço físico ou permitir seu acesso ao espaço comunitário, mas, acima de tudo, busca promover o desenvolvimento integral do indivíduo e prepará-lo para a vida, uma vida produtiva na sociedade, conforme pensado por Freire (1997).

A não inserção ou uma subutilização da mão-de-obra das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, representa não apenas um descrédito à sua competência e ao seu direito ao trabalho, mas também provoca graves prejuízos para toda a sociedade, pois quando estes trabalhadores são excluídos do mundo do trabalho acabam se tornando beneficiários de verbas assistenciais custeadas por entidades mantidas com a contribuição direta ou indireta de toda a sociedade, conforme assevera Boucinhas Filho (2005).

No Brasil, os principais documentos sobre políticas públicas se expressam na forma de leis, decretos, pareceres e/ou resolução, ou seja, há muita regulamentação, mas sua aplicação ainda é questionável. “Nós podemos legislar políticas, mas não podemos legislar atitudes”, como coloca Connor & Valle (2014, p,29). Um posicionamento legal sobre o processo de

transição para o emprego ainda é inexistente no Brasil, mas já faz parte da realidade das políticas públicas em outros países. Aqui tomamos Portugal como exemplo.

Ademais, o fato é que, na interação com a sociedade, onde as políticas públicas tomam forma, seja numa perspectiva positiva ou negativa. A educação para inclusão deve essencialmente assegurar a existência de aprendizagens adequadas ou outras experiências positivas. Não é simplesmente determinar “onde” um indivíduo é educado ou quais serviços e apoio receber. É saber qual a qualidade e relevância do local, dos serviços e do apoio a ele destinados.

As deficiências e diferenças mais marcantes e marcadas no indivíduo são percebidas enquanto falhas e não são reconhecidas enquanto parte da diversidade humana. Nossas políticas públicas nem sempre estão atentas a esta diversidade e tratam todas as questões de forma homogênea.

Desprezar potencialidades e evidenciar deficiências com a intenção de culpabilizar a pessoa com deficiência pela sua não inserção social, não cabe mais como possibilidade dentro do atual conceito de pessoa com deficiência e nem na estrutura de sociedade hoje concebida, como não mais sendo tolerado dentre das políticas públicas, fazendo-se necessário uma transformação na prática. As pessoas com deficiência são integrantes ativos da nossa sociedade. Em qualquer lugar, eles estão convivendo, trabalhando, estudando, comprando, consumindo. Para isso, precisam de emprego e receber salários como possibilidade para se manter de forma independente e autônoma.

Políticas e ações devem ter como foco o exercício da cidadania, ressaltando que falar em inclusão é constatar a exclusão que convivemos no nosso cotidiano. Precisamos incluir porque fazemos parte de uma sociedade excludente, principalmente dentro do contexto do mundo do trabalho. Precisamos humanizar e usar da empatia para dar ações práticas às formulações que estão na teoria. Antes de tudo, precisamos conhecer e compreender a pessoa com deficiência intelectual, ou seja, ao reconhecer os direitos das pessoas com deficiência é necessário conhecer também suas capacidades, pois de pouco vale o direito se não existe a real possibilidade de exercê-los. Em suma, não podemos falar e fazer políticas públicas sem:

- O protagonismo dos sujeitos que se beneficiarão com a sua implementação;
- Um conhecimento profundo da causa;
- Disponibilização de recursos e verbas.

Atualmente, o Brasil, adota a terminologia da Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), bem como suas respectivas recomendações para a

conceituação de pessoas com deficiência intelectual. Este conceito tem respaldado os estudos científicos, as políticas públicas e legislações:

Deficiência intelectual é uma deficiência caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento **intelectual** (raciocínio, aprendizagem, resolução de problemas) e no comportamento **adaptativo**, que abrange uma gama de habilidades sociais e práticas cotidianas. Esta deficiência se origina antes dos 18 anos de idade (AAIDD, 2010<sup>1</sup>).

Tendo como elemento norteador esta definição, entendemos que a deficiência intelectual não é uma condição estática e inflexível. O desenvolvimento se modifica segundo os apoios e/ou suportes recebidos, e não exclusivamente com base em parâmetros de grau de inteligência. A Deficiência Intelectual deixa de ser vista como uma condição da pessoa, passando a ser vista como estado de funcionamento, ou seja, a deficiência intelectual tem por base o desenvolvimento da pessoa, as relações que estabelece e os apoios que recebe e não apenas critérios quantitativos pautados no quociente de inteligência medidos pelos testes.

Nesse contexto o Paradigma dos Suportes ou Apoios aloca-se como instrumento do Paradigma da Inclusão Social, pois uma sociedade democrática, que reconheça a diversidade, deve providenciar todos os tipos de suportes. O Paradigma dos Suportes é baseado na adequação do contexto social, de forma a poder garantir a todos, inclusive à pessoa com deficiência, as condições de acesso ao espaço comum da vida em comunidade e participar dos processos decisórios da sociedade.

Ao falarmos em incapacidade falamos do resultado da interação do indivíduo com o meio onde ele está inserido, onde o ambiente assume a responsabilidade de oferecer condições essenciais para as limitações funcionais da pessoa, por meio de apoios necessários à sua condição. Não basta apenas classificar a sua deficiência, mas também, verificar qual o apoio necessário para expandir o seu grau de habilidades. Esse entendimento favorece a inclusão social, a igualdade, as possibilidades e capacidades da pessoa com deficiência, resultando em uma melhor qualidade de vida. Este aspecto plural de ver a pessoa com deficiência implica em uma relação entre as necessidades deste sujeito e a oferta dos apoios adequados, favorecendo as suas competências funcionais.

Entendemos que adotar o paradigma do modelo social não significa abandonar a reabilitação e os tratamentos médicos, mas entender que ainda embora sejam relevantes e necessárias, não deve se sobrepor à garantia de educação, emprego, cultura, lazer e vida independente para as pessoas com deficiência, até porque os avanços da medicina, as novas tecnologias, o processo de inclusão social que vêm garantindo um maior espaço na sociedade

---

<sup>1</sup> <https://aidd.org/>

e são alguns dos fatores que tem contribuído para um aumento da expectativa de vida destas pessoas.

Até os anos 80, quando o aluno com deficiência atingia idade limite de escolaridade obrigatória ou tinha atingido outros critérios definidos pela escola, o sistema considerava a sua missão cumprida e o aluno ficava entregue ao acompanhamento da família, com a colaboração eventual de serviços especialmente destinados à população adulta com deficiência, no caso de existirem, não havendo qualquer referência ao processo de transição para a vida adulta (TVA).

Mas, com o passar dos anos e com mudanças nas relações com as pessoas com deficiência, constatou-se que a formação desenvolvida na escola não estabelecia uma relação direta entre os programas desenvolvidos e a sua inserção social e profissional, resultando em uma nova exclusão. Concluiu-se que para que a inserção na vida ativa fosse plenamente satisfatória, o processo de transição tinha de começar na escola, devendo promover não só a aquisição de competências acadêmicas, mas também a competências técnicas (aquisição dos conhecimentos e competências necessárias à realização de tarefas laborais) e as competências pessoais (nos níveis pessoal e social).

A educação sozinha não é garantia de um emprego, mas ela é a garantia de um bom preparo, pois sem qualificação as oportunidades são menores, para que isso ocorra é necessária uma conexão entre os setores da educação e do trabalho.

O PIT, quando implementado no campo da TVA, tem como meta um plano de carreira e um projeto de vida, estabelecendo uma ligação entre a escola e o mercado laboral, potenciando a formação profissional de jovens com deficiência, construindo uma resposta educacional adequada às necessidades e capacidades destes jovens, minimizando, por um lado, as barreiras na sua aprendizagem e na sua participação social e por outro, propiciando o seu desenvolvimento profissional, facilitando da sua autonomia pessoal e melhorando sua qualidade de vida.

Entendemos que não podemos pensar o processo de transição baseado somente na sua inserção no mundo do trabalho, mas também no estabelecimento de novas relações sociais, para que se tornem pessoas mais equilibradas em sua vida pessoal, social e profissional. O processo de transição para a vida adulta deve ser pensado nas suas múltiplas dimensões e na articulação entre escola, família e comunidade.

É preciso conseguir uma formação e um posto de atuação de acordo com as capacidades e/ou necessidades de pessoas com deficiência intelectual e desenvolver o PIT é buscar um modelo de trabalho com estratégias que ajudem a termos uma nova visão do

processo de formação laboral e no caminho da inclusão social e laboral deste público e seu ingresso no mercado de trabalho. Existem muitos jovens com deficiência intelectual, com grandes potenciais laborativas, que se encontram parados por não terem uma trajetória formativa como forma de apoio.

### **Metodologia**

A metodologia aplicada foi a pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo em vista que combinar estas diferentes técnicas tornou a pesquisa mais consistente.

O produto da pesquisa foi desenvolvido através dos pressupostos da pesquisa participativa, tendo dois focos: o aprimoramento das técnicas dos professores na utilização do plano individual de transição, com ressignificação do seus olhares quanto às possibilidades de inclusão laboral dos alunos com deficiência e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência intelectual, com vistas a atenuar as possíveis dificuldades encontradas no processo.

### **Resultados**

Foi possível perceber que a interlocução entre Deficiência Intelectual e Inclusão Laboral é tema de interesse recente e que a discussão sobre processo de transição para a vida adulta ainda não faz parte dos temas consolidados nos programas de pós-graduação no Brasil.

Foi encontrado, durante a pesquisa, apenas um artigo, de 2016, apontado com o tema Deficiência Intelectual e Inclusão Laboral, em publicações nacionais, o que demonstra a grande carência de pesquisas e publicações nesta área, ficando assim evidenciado a lacuna existente em estudos e pesquisas neste tema.

Os responsáveis, ao serem interrogados através de formulários, também corroboram com a necessidade de um trabalho voltado para o processo de transição, apesar da insegurança em relação ao ingresso do aluno no mercado de trabalho.

Foi possível observar que, apesar da maioria desejar o ingresso do filho numa atividade laboral, ainda há uma insegurança e/ou desconhecimento quanto a esta possibilidade, bem representado pela fala de M, mãe de aluno: “- *Tenho dúvidas, ainda não sei se tenho coragem de ‘deixar’ trabalhar, tenho medo*”

A maioria dos pais não consideram que seu filho esteja preparado para uma atividade laboral, apesar de estarem matriculados em uma escola com o foco na capacitação para o trabalho. Como atestado pela fala de T, pai de uma aluna, eles ainda não acreditam na maturidade do filho: “- *Acho que ela é muito bobinha para trabalhar, não sabe fazer direito.*”

Em contrapartida, alguns já consideram seu filho preparado e estimulado para a inclusão laboral, como fala J, mãe de aluno: “- *Acho que sim, ele não fala em outra coisa. Está muito animado.*” Este resultado mostra a importância da participação efetiva da família na elaboração do PIT.

Os professores consideram a habilidade de ler e escrever (que eles denominam de lectoescrita) como o domínio essencial no processo de transição, dentro do campo pedagógico. O fato é que, apesar da ampliação da oferta e do acesso aos alunos com deficiência intelectual, são ainda pouco satisfatórios os níveis de alfabetização e letramento ao final da educação básica. Faz-se necessário a oferta de diferentes metodologias e um longo percurso, em alguns casos, para a consolidação da alfabetização, sempre oferecendo os apoios necessários.

O importante nesta relação, é que este fato não se torne impeditivo para o seu processo de transição para a vida adulta, nem tampouco para seu ingresso no mundo laboral. É muito importante para um aluno com deficiência intelectual, não aprender o mesmo conteúdo que as outras, mas ter a possibilidade de aprender a colaborar, ter autonomia, conduzir a si próprio, ter liberdade para expor suas ideias e perceber seu esforço, pelo que consegue desenvolver, ser recompensado e reconhecido.

## **Discussão**

Para amenizar diferenças e tornar as oportunidades mais exequíveis, existem as políticas públicas afirmativas que, neste trabalho, foram vistas em relação à pessoa com deficiência, entendendo que as políticas públicas afirmativas têm como principal objetivo a acessibilidade – uma vez que ela é o caminho que leva o estudante com deficiência a uma inclusão social.

Nossa legislação é definida uma grande variedade de temas e direitos que são objeto de garantias legais, e, particularmente no campo do acesso ao trabalho, destaca-se a previsão de cotas a serem preenchidas nas empresas privadas e a reserva de vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos. A Constituição garante ajuda financeira, integração social e assistência educacional, além de proibir discriminação no trabalho, e obrigar a criação de acesso facilitado para prédios e transportes públicos. Entretanto, na prática, os milhões de brasileiros com algum grau de limitação, ainda não conquistaram muitos dos seus direitos garantidos por lei.

As políticas afirmativas, como o sistema de cotas para pessoas com deficiência nos postos de trabalho, estão presentes nos diferentes países. As legislações expostas pontuam,



sem dúvida, os direitos e deveres de empregabilidade das pessoas com deficiência, onde a consumação da formação profissional e a conquista de um emprego são fatores básicos para o reconhecimento social e laboral. Proporcionando uma vida digna ao dar condições socioeconômicas e psicológicas para o desenvolvimento de autonomia pessoal, promovendo a inclusão social a participação, com qualidade, na sociedade.

Ao contratar e/ou acompanhar pessoas com deficiência para uma colocação profissional, precisamos esperar e cobrar dela o mesmo que esperaríamos e cobraríamos de qualquer trabalhador. Não podemos ser assistencialistas, temos que oportunizar o acesso e garantir a possibilidade de crescimento profissional destes indivíduos. Não devemos inserir no mercado de trabalho somente pelo cumprimento de uma determinação legal, mas sim, por acreditar e valorizar o potencial e a capacidade da pessoa com deficiência.

O PIT funciona como elo entre a escola e a sociedade, pois para garantir a transição para a vida adulta e potencializar uma possível inserção profissional, a formação acadêmica tem de ser complementada pela formação profissional que, através do PIT, é desenvolvida e habilitada em situação real de aprendizagem. É importante ressaltar que não estamos nos referindo a formação profissional em ambiente artificial, como ocorreu durante muitos anos nas chamadas oficinas protegidas, onde se reforçava a exclusão e os desejos e aspirações dos alunos não eram consideradas. O PIT defende a prática laboral em contexto real.

O PIT é um instrumento que favorece o despertar vocacional, bem como uma ferramenta que introduz as rotinas laborais, contribuindo para a aquisição de conhecimentos e cumprimento de regras, deveres sociais e laborais, essenciais ao exercício de uma determinada atividade, como cumprimento do horário, tarefas, higiene, segurança e dever de sigilo. E o mais importante quando falamos em pessoas com deficiência intelectual este processo deve ser iniciado na zona de conforto do aluno - a escola, sendo fator fundamental a definição das atividades e tarefas a serem realizadas pelo jovem e a clarificação dos papéis de todos os intervenientes na sua implementação e avaliação.

## **Conclusões**

Com base nas discussões até aqui apontadas e através de textos referenciados por autores como Soriano (2002,2006), entre outros, constatamos que para ser um sucesso a transição da escola para a vida adulta, é indispensável, durante a idade escolar, que a escola promova, entre outros, a criação de uma equipe responsável por este período e utilize o Plano Individual de Transição (PIT) como ferramenta de auxílio.

O período que compreende o fim da adolescência e entrada na vida adulta é um marco tanto para o indivíduo, quanto para sua família. Entretanto, esta é uma fase difícil para as pessoas com deficiência, e, na maioria das vezes, os pais não têm expectativa de que seus filhos se tornem economicamente ativos. Para que a transição para a vida adulta e possível ingresso no mercado de trabalho de jovens com deficiência seja menos conflituosa e estressante, é importante a elaboração de metas educacionais e um currículo flexível (REDIG, 2016, p. 31).

Uma das questões que hoje deve ser discutida com toda ênfase, no âmbito da educação, é como preparar estes alunos para o “pós-escola” ou, como é que a escola deve se organizar na implementação dos Planos Individuais de Transição de modo a preparar estes alunos para a transição para a vida adulta?

Tendo por base o PIT, que se desenhou através do pensar, estruturar e colocar em práticas um modelo para a aplicação de um plano individualizado de transição, com propostas de ações que auxiliem a comunidade escolar a estruturar as ações para o desenvolvimento competências técnicas e básicas para PcD e buscando as nossas hipóteses podemos concluir que o projeto é pertinente, visto a necessidade e urgência em estabelecer um processo de transição escola-mundo do trabalho.

É importante salientar que a implementação do PIT não determina um afastamento do aluno do seu convívio escolar e/ou dos aspectos pedagógicos necessários para sua aprendizagem. Trata-se de trocar o seu eixo de referência, que não seria mais o ambiente escolar, mas sim o convívio na sociedade como cidadão ativo.

Alguns fatores, além dos já expostos, também são elementos facilitadores que não devem ser deixados em segundo plano: iniciar, o mais breve possível o preparo do aluno para a transição para a vida adulta e, por consequência para sua inclusão laboral, não relegando para o final de sua escolaridade tal ação, garantindo assim uma adequada orientação e acompanhamento deste processo e flexibilizar o PIT e garantir parte sua ação para além da vida escolar do aluno.

Precisamos discutir e esclarecer os preconceitos para chegarmos ao verdadeiro conceito sobre a pessoa com deficiência, para que as ações voltadas para este público não sejam atos de benevolência ou obrigatoriedade legal, mas o crédito nas suas competências e possibilidades reais. Mas do que leis bem-intencionadas precisamos de programas eficazes, que venham de fato contribuir para a vida adulta da pessoa com deficiência.

A TVA deve ter, como principal preocupação, a preparação dos jovens para uma vida adulta com qualidade. A sociedade, por seu turno, deve proporcionar aos jovens com

deficiência intelectual, esta transição como oportunidade de inserção na vida ativa, criando para isso, condições que auxiliem este processo, entendendo que implica na continuidade do processo de desenvolvimento de autonomia pessoal e social, cuja meta desejável seria a independência dos jovens em questão.

As incertezas relativas seu futuro, principalmente em relação à inserção no mercado de trabalho, é mais preocupante no que diz respeito aos jovens com deficiência por serem mais vulneráveis.

O poder público, por meio de suas políticas, precisa assumir seu um papel em todo este processo de formação profissional e inserção no mercado de trabalho destes jovens, garantindo igualdade de oportunidade de acesso ao trabalho à pessoa com deficiência, independentemente das cotas trabalhistas previstas em lei. Iniciativas de mudança nas políticas estruturais como: tornar o horário de trabalho mais flexível; aumentar o emprego a tempo parcial sem concomitante perda de benefícios ou escala de pagamento, e descentralizar tarefas, também, irá melhorar a empregabilidade das pessoas com deficiência.

A família possui um papel fundamental no processo de educação e inserção social e profissional de uma pessoa, sendo necessário que o veja como capaz de aprender, produzir, trabalhar, mesmo com limitações. Esta visão irá contribuir, de forma positiva, para o seu desenvolvimento de forma ativa e autônoma. Cabe ressaltar que a família constitui o primeiro universo de relações sociais de qualquer criança e quando falamos de crianças com deficiência, este local torna-se mais importante, visto os cuidados e atenção necessários a este público e a forma como se estrutura, irá influir diretamente no seu desenvolvimento.

A sociedade também tem um papel importante para que as pessoas com deficiência se sintam acolhidas. A transição para a vida adulta e, conseqüentemente a inserção profissional de pessoas com deficiência é um assunto a que todos devemos nos voltar e para a qual faz-se necessário sensibilizar, principalmente, as entidades empregadoras, através da oferta de um empregado preparado e qualificado.

Finalizando, três questões surgem como importantes resultados desta reflexão acerca da transição para a vida adulta:

- a necessidade das escolas, comuns e especiais, se organizarem, assumindo toda a sua responsabilidade perante os alunos com deficiência, criando ações e estratégias que preparem estes alunos para a vida adulta;
- a transição para a vida adulta dos jovens com deficiência é um processo complexo que não se compõe de responsabilidade única, pelo contrário, é necessária uma cooperação

entre escola, família e comunidade para no futuro, termos uma verdadeira inclusão social destes jovens e,

- A necessidade de um modelo de plano de transição individualizado que venha colaborar com todos estes segmentos no processo de transição para a vida adulta de pessoas com deficiência intelectual.

É imperativo pensar que para implementar e delinear o plano de transição, devem ser identificadas as capacidades, competências, motivações do jovem, expectativas da família, para garantir um resultado positivo e criar oportunidades de inclusão na sociedade. Sendo assim, a escola deve que pensar, organizar e procurar todos os recursos para uma concretização efetiva dos Planos de Transição que deve ser parte integrante da vida do estudante com deficiência intelectual, tanto no ensino especializado quanto no ensino comum, podendo ser pensado também como uma estratégia para a preparação relativa a progressão nos estudos e/ou como método de manutenção e progressão no ambiente laboral.

### **Referências**

**AAIDD American Association on Intellectual and Developmental Disabilities.** Disponível em <https://aaid.org/>. Acesso: outubro/2016.

FERNANDES, E. M.; ORRICO, H. F. **Acessibilidade e inclusão social.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Deescubra, 2012.

FREIRE, I. M. **Um olhar sobre a diferença:** Interação, Trabalho e cidadania. (Orgs.) Lucidio Biancheti. Campinas, SP: Papirus, 1997.

REDIG, A. G. **Inserção profissional de jovens e adultos com deficiência intelectual.** Curitiba: Appris, 2016.

SORIANO, V. (Org.). **Transição da Escola para o Emprego: Principais problemas, questões e opções enfrentadas pelos alunos com necessidades educativas especiais em 16 países Europeus.** Middelfart: European Agency for Development in Special Needs Education. 2002

SORIANO, V. **Planos individuais de transição. Apoiar a transição da escola para o emprego.** European Agency for Development in Special Needs Education, 2006.

VALLE J. W., CONNOR D. J. **Ressignificando a Deficiência: Da Abordagem Social às Práticas Inclusivas na escola.** Porto Alegre: AMGH, 2014